



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 15/2017, em que são recorrentes **Uchechukwu Vitus Ezeonwu** e **Chijioke Duru** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 02/2018

I – Relatório

1. **Uchechukwu Vitus Ezeonwu** e **Chijioke Duru**, com os demais sinais de identificação nos autos, interpuseram, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º, n.º 1, da Constituição da República, conjugado com os artigos 3.º, n.º 1, alínea a), e 5.º, n.º 1, da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, recurso de amparo constitucional do acórdão n.º 79/2017, de 8 de dezembro de 2017, proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça, com os fundamentos seguintes:

1.1. *Porque os factos não ficaram esclarecidos é de convocar o princípio do “in dubio pro reo”, fundado no princípio da presunção da inocência, até ao trânsito em julgado da sentença, uma vez que estas provas revelam-se particularmente frágeis e descabidas.*

1.2. *O Supremo Tribunal de Justiça não apreciou o princípio do “in dubio pro reo”, fundado no princípio da presunção da inocência, até ao trânsito em julgado da sentença, alegados pelos recorrentes, constante do douto requerimento de recurso de apelação, que passou pelo seu crivo, na página 9 do referido recurso de apelação.*

1.3. *No requerimento de recurso de apelação, os arguidos, ora recorrente descreveram detalhadamente, os depoimentos das testemunhas, vazados na acta de audiência de discussão e julgamento, considerando-as totalmente, manifestamente confusas e incoerentes cada uma mais do que as outras, portanto causadoras de dúvidas, que jamais poderá passar despercebidas à observação e verificação do homem médio, tendo ignorando totalmente os depoimentos dos arguidos, sobretudo o do arguido **CHIJOKE DURU**.*

1.4. *Tais dúvidas e incertezas foram detectadas, na audiência de discussão e julgamento, mas mesmo em sede de Recurso para o STJ, estranhamente os Venerandos Juízes, não pronunciaram sobre a aplicação do princípio in dubio pro reo, ignorando-o por completo.*

1.5. *Além do mais, analisando os Autos (...) chega-se à cristalina conclusão de que os arguidos não praticaram, em definitivo, o crime por que foram punidos, cuja execução é vinculada e sujeita a um conjunto apertado de requisitos legais.*

1.6. *(...) os actos, factos e omissões supra-referidos violam o direito fundamental de acesso à Justiça previsto no artigo 22.º da Constituição da República de Cabo Verde, mormente o direito de defesa do arguido e a presunção da inocência dos arguidos na sua vertente de in dubio pro reo prevista no artigo 35.º da Constituição da República de Cabo Verde, tendo em conta que durante todas as fases do processo, incluindo o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, objecto do presente recurso de amparo, não foram respeitados os citados direitos fundamentais dos arguidos, ora recorrentes;*

1.7. Segundo os recorrentes,

(...) o referido acórdão, em vários pontos, ataca, de forma inesperada, e antijurídica, os Direitos fundamentais deles arguidos, pondo em causa, numa medida francamente intolerável, a sua Dignidade Humana e a própria presunção de inocência, prevista no artigo 35.º/1 da Constituição vigente;

(...) o referido Acórdão do STJ, objeto deste recurso de amparo, violou, em vários momentos, a presunção de inocência dos arguidos, razão pela qual a sua inconstitucionalidade é patente e sua nulidade irreversível;

Não havendo provas claras e irrefutáveis da prática de factos, susceptíveis de serem qualificados como um crime de tráfico internacional de droga, nos termos já explicitados, e perante as inúmeras contradições e discrepância e por conseguinte causadoras de tamanhas dúvidas, todas elas, detectadas na acusação e na prova produzida na audiência de discussão e julgamento, não pode haver com é óbvio, qualquer crime, nem qualquer condenação séria e fundamentada dos arguidos, laborando o nosso Supremo Tribunal, com as suas conjecturas insustentáveis, num clamoroso erro de facto e de análise das provas contantes do processo-crime em referência.

Quanto ao direito de acesso à justiça, na sua vertente do direito de defesa dos arguidos, não foram disponibilizados na sua acusação os elementos suficientes, onde o mesmo podia tomar uma posição em nome da sua defesa, designadamente, a data do acontecimento dos factos, bem como das circunstâncias da sua ocorrência.

Relativamente ao direito fundamental da presunção da inocência, prevista no artigo 35.º da Constituição da República de Cabo Verde, este foi violado de forma flagrante, uma vez que não se provou se os arguidos praticaram tais crimes.

1.8. Termina o seu arrazoado formulando o seguinte pedido:

Por todo o exposto e sem mais delongas, (...) deve o Tribunal Constitucional (...) considerar nulo o citado Acórdão, por violação do direito de acesso à justiça na sua vertente de direito de defesa dos arguidos e do direito fundamental à presunção de inocência dos mesmos, estando assim recheado de vícios e contradições jurídicas insanáveis, e manifesta inconstitucionalidade (...), determinando a imediata absolvição dos arguidos, como manda, aliás, o mais elementar princípio da Justiça.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da Adjunto emitiu o douto parecer constante de fls. 14 a 18 dos presentes autos, tendo formulado, em síntese, as seguintes conclusões:

Os recorrentes deviam ter reclamado do acórdão, invocando expressa e formalmente no processo, a suposta violação – art.º 3º/1 al. c) do LA. Não houve reclamação do acórdão do STJ e, conseqüentemente, não houve recusa de reparação de suposta violação.

Porém os recorrentes não o fizeram, ficando claro que, não foram esgotados todos os meios de defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo, como dispõe o art.º 6.º da LA.

Conclui-se, pelo que se deixa exposto, pela inadmissibilidade do presente recurso de amparo, devendo ser rejeitado, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 16.º da LRA,

Porém, se outro for o entendimento perfilhado pelo egrégio Tribunal Constitucional, a nosso ver, não ocorreu qualquer violação de direito, liberdade e garantia fundamental

constitucionalmente reconhecido, concretamente o direito de acesso à justiça, como pretendem os recorrentes.

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe Tutela dos direitos, liberdade e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo só pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra decisão do mais alto Tribunal da ordem judicial comum, há que proceder à verificação dos pressupostos e requisitos previstos na Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

O artigo 16.º da Lei do Amparo Constitucional prevê as situações em que se não pode admitir um recurso de amparo, sendo as duas primeiras a extemporaneidade e a inobservância dos requisitos estabelecidos no artigo 8.º da referida Lei.

2.1. Entretanto, compulsados os autos verifica-se que a petição de recurso não se fez acompanhar de documentos pertinentes e necessários para o julgamento sobre a sua admissibilidade, apesar da clareza do disposto no n.º 3 do artigo 8.º da Lei do Amparo em atribuir aos recorrentes o ónus de juntar os documentos necessários para a procedência do pedido.

Não é a primeira vez que o Tribunal Constitucional se confronta com petições deficientemente instruídas por falta de elementos absolutamente indispensáveis para a sua apreciação.

Com feito, no âmbito do recurso de amparo em que foi proferido o Acórdão n.º 19/2017, de 5 de outubro, o qual se encontra disponível no site www.tribunalconstitucional.cv, esta Corte, tendo verificado que a petição não se mostrava devidamente instruída por falta de documentos pertinentes e necessários para a procedência do pedido, solicitara oficiosamente tais peças processuais, mas não deixou de chamar atenção do recorrente para as consequências do incumprimento do dever de colaboração com o Tribunal no sentido de juntar os documentos indispensáveis para a boa decisão da causa, tendo, na ocasião, sinalizado que essa omissão tem sido muito prejudicial para a celeridade na tramitação dos recurso de amparo.

Também no presente recurso, seguindo o procedimento anterior, foram solicitados oficiosamente e já se encontram juntos, por linha, os autos no âmbito do qual foi prolatado o Acórdão recorrido. Doravante, sempre que se constate que a petição de recurso não se faz acompanhar de elementos indispensáveis para a sua apreciação, especificamente a cópia da decisão recorrida e a indicação da data da notificação, como ocorreu no caso em apreço, acionar-se-á o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei do Amparo.

No entanto, para se aferir da tempestividade do recurso de amparo, necessário se mostra ter presente as seguintes referências:

a) O prazo

O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais, atento o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo.

b) A data em que a decisão recorrida foi notificada

No caso em apreço, segundo a certidão de notificação constante de fls. 336 dos autos do processo comum ordinário n.º 248/15, provenientes do Tribunal da Comarca da Praia, o aresto impugnado foi notificado aos recorrentes no dia 8 de dezembro de 2017;

c) A data da interposição do recurso

A petição de recurso em análise foi apresentada na secretaria do Tribunal Constitucional, no dia 28 de dezembro de 2017;

Pelo exposto, nada obsta que o presente recurso seja considerado tempestivamente interposto.

3. Conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei do Amparo, na petição de recurso, deve o recorrente indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na sua opinião, viola os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais.

A fundamentação do recurso para o efeito da alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da LA não pode consistir em tecer considerações sobre as declarações dos arguidos, dos declarantes e manifestar dúvidas e incertezas sobre a valoração da prova e a formação da convicção do Tribunal.

Ao fixar os critérios da fundamentação do recurso de amparo e ao exigir que os recorrentes indiquem com precisão o ato, o facto ou a omissão que, na opinião deles, viola os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais, o legislador atribui-lhes o ónus de articularem concretamente atos, factos ou omissão de forma a permitir que o Tribunal Constitucional possa ajuizar da conexão entre os factos articulados e os direitos fundamentais amparáveis alegadamente violados.

A alegação de que o direito à presunção de inocência, na dimensão “*in dubio pro reo*”, e o direito de defesa foram violados pelo Acórdão n.º 79/2017, de 8 de dezembro, não se afiguram minimamente suportados em atos, factos ou omissões. Pelo que se deve conceder aos recorrentes a oportunidade de aperfeiçoarem a sua petição de recurso de acordo com o estabelecido na alínea b) do supracitado inciso legal.

Também não cumpriram o dever de expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição de recurso, como se exige nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei do Amparo.

Senão vejamos:

Quando se alega a violação do direito à presunção de inocência, na dimensão “*in dubio pro reo*”, exige-se que os recorrentes indiquem, por exemplo, as razões que os terão levado a considerar provado ou não provado um determinado facto; exponham, ainda que resumidamente, as razões subjacentes à discordância em relação aos factos dados como provados e por que razão os factos considerados provados não poderiam conduzir à convicção do julgador num sentido ou noutro.

No que concerne à alegada violação do direito de acesso à justiça previsto no artigo 22.º da Constituição da República de Cabo Verde, na dimensão de direito de defesa em processo penal, sendo este direito de conteúdo amplo, exige-se que os recorrentes apontem, os factos que lhes foram imputados em relação aos quais não puderam exercer o direito de defesa, nomeadamente, porque não se lhes permitiu contraditá-los, ou porque não estiveram acompanhados ou assistidos por advogados.

Relativamente à formulação de conclusões, a norma da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da LA, estabelece que “*na petição o recorrente deverá formular conclusões, nas quais, resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição*”.

Todavia, nos presentes autos, a parte da fundamentação que deveria conter conclusões formuladas nos termos acima expostos, não passa de uma sequência de prolixas considerações doutrinárias sobre o tratamento que nossa Magna Carta e o Código de Processo Penal dispensam aos princípios e valores como a dignidade da pessoa humana e a presunção de inocência. Por conseguinte, de resumo de facto e de direito essa parte da petição tem muito pouco.

4. A prolixidade que atravessa esta petição justifica que se façam breves considerações sobre as diretrizes constitucionais e legais sobre a fundamentação do recurso de amparo.

Conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20 da CRCV: “*O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve*

ser baseado no princípio da sumariedade”. E nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei do Amparo: *“O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, [...]”*

Por seu turno, o artigo 8.º da LA traça o roteiro da fundamentação, enfatizando o dever de expor com precisão e clareza os factos, mas sempre resumidamente.

Apesar da evidência de que o recurso de amparo foi criado pela Constituição como um meio extraordinário e expedito de restauração dos direitos, liberdades ou garantias fundamentais de alguém que deles tenha sido privado, em sucessivos recursos, o Tribunal Constitucional tem-se confrontado com petições que se situam nas antípodas dos objetivos que estiveram na origem da sua criação.

Pois, amiúde, chegam a esta Corte petições de recurso pouco claras, com incursões e considerações pouco pertinentes em relação ao seu objeto. Não menos raros são os recursos em que se alega tudo e no âmbito dos quais se invoca a violação de quase todas as regras ordinárias do processo penal. Nos presentes autos chegou-se ao extremo de importar *ipsis verbis* extensos segmentos de peças processuais que tinham sido objeto de Acórdão de aperfeiçoamento relativamente a matérias que nada têm que ver com o objeto deste recurso.

A apresentação sistemática de peças dessa natureza desvia a atenção do Tribunal para questões irrelevantes e que em nada contribuem para a consecução, em tempo útil, dos fins que o meio especial de proteção dos direitos fundamentais supramencionado foi criado.

O Tribunal Constitucional não pode ser visto como se fosse mais uma instância de recurso ordinário, e para o qual se envia tudo e se pede não importa o quê. Isso desvirtua a natureza subsidiária e excecional do recurso de amparo constitucional.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos, liberdades ou garantias fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende da norma do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do amparo.

Apesar de tudo o que fica dito, não se pode contornar o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da LA, o qual não permite que seja rejeitado um recurso sem que antes se conceda aos recorrentes a oportunidade de aperfeiçoarem a sua petição, como tem sido feito no âmbito dos Acórdãos

de aperfeiçoamento n.º 12/2016, de 23 de junho, n.º 5/2017, de 18 de abril, e n.º 12/2017, de 20 de julho, disponíveis no site www.tribunalconstitucional.cv .

III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos, em Plenário, decidem ordenar que sejam notificados os recorrentes para, querendo, e no prazo de dois dias, sob pena de rejeição do recurso:

- a) Indicarem com precisão o ato, o facto ou a omissão que, na opinião deles, viola os seus direitos de defesa e à presunção de inocência;
- b) Exporem resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;
- c) Formularem conclusões, nas quais devem resumir, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

Registe e notifique.

Praia, 01 de fevereiro de 2018.

Os Juízes Conselheiros

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 05 de fevereiro de 2018.

O Secretário,

João Borges